



ENTREVISTA
GÊNERO NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS

CONSTANTINA XAVIER FILHA

1. A partir de tuas pesquisas e estudos, como tens promovido e articulado as problematizações de gênero, sexualidade e espaços educativos?

R.: Articulo as temáticas e conceitos de gênero, sexualidades e diferenças no *ensino, pesquisa e extensão*, no âmbito da Universidade. As minhas pesquisas, e as que venho orientando nos últimos anos, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades, Educação e Gênero – GEPSEX, damos destaque e priorizamos as temáticas das sexualidades e gêneros no campo da educação. Os caminhos teórico-metodológicos que fomos construindo no decorrer dos anos nos levaram para a adoção dos pressupostos dos Estudos Feministas, dos Estudos de Gênero, dos Estudos Culturais e dos Estudos foucaultianos, numa perspectiva pós-estruturalista de conhecer. Nessa direção, reafirmamos que nossos estudos são pesquisas “encarnadas” na prática e na discussão que envolve violação dos direitos humanos de pessoas consideradas socialmente “desimportantes”, aliás, muitas delas sequer são consideradas humanas. Nessa trajetória, posicionamo-nos veementemente contra qualquer forma de homo-lesbo-transfobia, sexismo, misoginia, violência contra a mulher e contra a criança e qualquer outro tipo de violação de direitos. Podemos pensar, como Manoel de Barros, que tentamos ser “*apanhadores/as de desperdícios*”. Priorizamos o cotidiano em nossos estudos, o micro, os micropoderes, os poderes de forma relacional, como nos instiga a pensar Foucault (1997). Não pretendemos estudar as metanarrativas, nem mesmo estudar as grandes “causas” para as coisas. Preocupamo-nos com o local, o específico, as práticas rotineiras, comuns, com os “restos”... com “as migalhas”...

As pesquisas realizadas no âmbito do Gepsex, nos últimos anos, partem de dois eixos temáticos interdependentes: a) formação docente e práticas pedagógicas; e b) sexualidades e gênero nas infâncias.

No primeiro eixo, as discussões ocorrem sobre práticas pedagógicas, formação docente inicial e continuada de educadores/as; dispositivos pedagógicos que educam para as sexualidades, gênero e práticas de educação para as sexualidades. Esse eixo está mais centrado nas práticas escolares e em instituições de Educação Infantil, destacando as relações pedagógicas e didáticas que todo dia envolvem educadores/as e crianças-alunos/as nas relações de gênero, sexualidades e diferenças. As temáticas da violência contra crianças e direitos humanos também constam desse eixo.

O segundo eixo compõe-se das pesquisas que versam sobre sexualidades e gênero nas infâncias. Nele pesquisamos e problematizamos as seguintes questões: sexualidade na infância; relações de gênero; artefatos culturais; legislações nacionais e internacionais; violência contra crianças; pedagogias culturais; cinema e processos de subjetivação. Nesse eixo, as pedagogias culturais são acionadas para pensar além da escola e demais instituições educativas, para vermos como os artefatos culturais (cinema, televisão, mídia em geral, dentre outros) educam meninas e meninos. As pesquisas com crianças também são realizadas nos últimos anos, nesse eixo, visando, com elas, a aprender e a ouvir sobre assuntos que lhes dizem respeito. Em nossas pesquisas, elas são consideradas sujeitos de direitos, colaboradoras de discussões, com participação ativa em todo o processo.

Portanto, nossos estudos têm como propósito pensar a educação, não só a escolar, mas as que ocorrem em qualquer instituição social. Por isso temos priorizado investigações sobre as pedagogias culturais, a análise de artefatos culturais para a infância, bem como o estudo das práticas pedagógicas da educação para as sexualidades e gêneros com crianças, destacando o estudo das sexualidades nas infâncias.

2. Percebemos que um de teus focos de estudo é o cinema em articulação com a temática da violência contra crianças e direitos humanos. Assim, como tens discutido o cinema enquanto um espaço educativo potente para as questões de gênero e sexualidade?

R.: O cinema é um potente dispositivo pedagógico para pensarmos sobre gênero, sexualidades e diferenças. Penso que o cinema é capaz de possibilitar a descoberta e conhecimento de si, das outras pessoas e a invenção de outros mundos, de vermo-nos de

diferentes pontos de vista e, sobretudo, de fazer-nos pensar o que somos, o que fizemos de nós e o que queremos ser. Pensar o cinema como dispositivo para desencadear o pensamento sobre nós mesmos/as, sobre o/a outro/a e sobre o mundo, são questões que me instigam como amante da sétima arte e também como professora e pesquisadora. Concordo com Ismail Xavier em que “um cinema que “educa” é aquele que (nos) faz pensar – e que (nos) faz pensar não somente sobre o cinema em si mesmo, mas, igualmente, sobre “as mais variadas experiências e questões que ele coloca em foco”” (2008, p. 14). O cinema que nos faz pensar, questionar nossas vivências e experiências, pensar diferente a partir das ‘janelas’ que estabelecemos com a linguagem cinematográfica, torna-se instrumento para a constituição ético-estética de nós mesmos/as. O cinema, como linguagem e como arte, que instiga o pensamento, nos faz pensar sobre qualquer assunto, dentre eles as sexualidades, as construções das identidades sexuais e de gênero, da construção das diferenças e da construção da subjetividade, dentre tantos outros assuntos.

O cinema é o lugar da exibição e discussão sobre todo e qualquer assunto e, por isso, se torna, na minha opinião, um lugar para se pensar e questionar a vida e o mundo. Essas questões me parecem férteis para pensar a relação entre cinema e educação. Seriam nas instituições educativas, centros de Educação Infantil e Escolas, que as discussões e diálogos sobre o cinema poderiam ocorrer, apesar de saber que nem sempre essa prática é comum, apesar de existir uma lei cujo texto diz que “A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.” (BRASIL, 2014, lei 13.006/14). Há a lei que indica que se deve exibir filmes na escola e, ainda, muitas delas desconhecem essa possibilidade de ver, fruir, pensar, aprender e viver os filmes nas instituições educativas.

Penso o cinema também como pressuposto de diálogo, discussões e construção de pensamento com/para o cinema com as crianças, por isso, desde 2010, venho realizando projetos de pesquisa e de extensão para pensarmos o cinema e não só, para produzirmos filmes com e para as crianças.

3. Estamos vivendo um momento onde existe uma onda reacionária e conservadora que visa a impedir as discussões de gênero e sexualidade no currículo escolar. Que resistências tens realizado/percebido nas ações que promoves junto às escolas?

R.: As resistências nos últimos anos estão presentes no nosso ato de existir e resistir a fazer ensino-pesquisa e extensão na universidade (e em outros espaços como nos movimentos sociais) militando teórico-politicamente com as temáticas de gênero e sexualidades no campo da educação. As resistências são diárias. Elas se materializam na dificuldade de conseguir financiamentos para pesquisa e extensão com as temáticas citadas, para a realização da disciplina que ministro na graduação (inclusive na luta de mantê-la como obrigatória no currículo do curso de Pedagogia), na tentativa de diálogo com a sociedade para propiciar momentos de discussão e estudos sobre essas temáticas e tentar desconstruir discursos recrudescidos e desprovidos de aprofundamentos científicos, sobretudo, os que estão circulando na internet nos últimos anos, como os que falam sobre “ideologia de gênero”, dentre outros.

A minha opção e opinião sobre o assunto em pauta é resistir e continuar trabalhando, pesquisando e militando teórico-politicamente com as questões de gênero e sexualidade na educação e encontrar força para encontrar possibilidades de diálogo sobre as temáticas. A minha tarefa tem sido mais árdua por priorizar, discutir e estudar a sexualidade na infância e as questões de violência sexual contra crianças. Nos últimos anos venho desenvolvendo pesquisas com crianças, algo que tem se mostrado mais desafiador a cada dia que passa. Discutir as temáticas priorizadas com crianças no Brasil vem se mostrando um enorme desafio nos dias atuais. Vivemos um período de obscurantismo em relação às discussões de gênero e sexualidades nas escolas. Ideias errôneas e equivocadas inundam as redes sociais provocando pânico morais em familiares das crianças e na sociedade como um todo. Apesar de tudo, penso que não podemos nos calar. Temos que continuar pesquisando, propiciar discussões em disciplinas de graduação, atuar na formação continuada, desenvolver projetos de extensão com crianças, e tantas outras empreitadas que nos desafiam e nos chamam à ação.

Por esses motivos, tenho desenvolvido esforços para a discussão na graduação e na extensão. O trabalho realizado na extensão é desenvolvido juntamente com as ações de pesquisa intervenção com crianças do ensino fundamental inicial (3º. ao 5º. Ano). Estar com as crianças na escola é algo que me motiva e me faz pensar sobre muitas coisas relacionadas à construção social do gênero e das sexualidades. São momentos também de construção de pensamento para e com as crianças. Para estar nas escolas, na realização desses projetos desde 2010, muitas resistências foram/são necessárias, desde a construção coletiva da adesão aos projetos pela gestão escolar e professores/as, até a

construção de vínculos com as crianças, demonstrando e construindo com elas a necessidade de discussão sobre as temáticas que priorizamos. O diálogo com as famílias das crianças tem se mostrado um desafio enorme nos derradeiros anos. Muitas delas se negam a assinar a autorização das crianças para participar do projeto porque não entendem o seu real propósito. Reuniões são realizadas visando a expor as temáticas, objetivos e atividades a serem realizados no projeto. Uma estratégia desenvolvida é ter na escola uma pessoa integrante do grupo de estudos para ser a interlocutora nossa e das nossas discussões no projeto de forma permanente no cotidiano escolar.

Acredito nas resistências que desenvolvemos e nas que iremos produzir nos próximos dias e anos. Temos que encontrar força e redes de colaboração entre pesquisadores/as e movimentos sociais para forjarmos possibilidades de fazer pensar sobre gênero e sexualidades. A minha força maior está na possibilidade de desenvolver momentos de discussão de educação para as sexualidades e gênero e propiciar discussões com as crianças sobre seus corpos, sobre intimidade, sobre violência sexual e as formas de elas se cuidarem e se protegerem de situações de vulnerabilidades. A luta sempre continua...

4. Sabemos que tens desenvolvido o projeto de extensão “Brincar de fazer cinema com crianças”. Que ações são realizadas no âmbito deste projeto? E o que as crianças participantes do projeto narram sobre as questões de gênero e sexualidade?

R.: O projeto de extensão, “Brincar de fazer cinema com crianças”, é realizado desde o ano de 2010. Já tiveram outras denominações, mas mantém elementos comuns durante todos esses anos. O projeto é desenvolvido juntamente com ações de pesquisa intervenção.

A metodologia utilizada nos encontros dos projetos desenvolvidos prima pela ludicidade, dialogicidade, cooperação e promoção de diálogos e discussões sobre temáticas nem sempre priorizadas para as crianças no ambiente escolar. Utilizamos diversas propostas metodológicas sempre com a utilização de livros para a infância, filmes de animação, teatro de fantoches, jogos e brincadeiras. O projeto de extensão tem como propósito final a produção coletiva entre crianças e pessoas adultas de um filme de animação, e compreende, nos últimos anos, três etapas interdependentes: 1) **BRINCAR DE PENSAR EM SI E NO MUNDO;** 2) **FAZER CINEMA BRINCANDO;** e, 3) **VER E PENSAR O FILME.** A primeira etapa consiste em saber

o que as crianças sabem sobre os temas, o que pensam sobre e como podem pensar diferente, sob diferentes perspectivas (etapa que realizamos conjuntamente com as ações dos projetos de pesquisa). A segunda etapa compreende a ‘brincadeira’ da produção do filme com a elaboração de roteiro, criação de personagens, cenários e outras implicações até a filmagem e o planejamento final da edição. A última etapa é o momento de socialização do produto na escola para crianças, estudantes das outras salas que não participaram do projeto e, na UFMS, num seminário final de encerramento das ações. Nesse seminário as crianças participam de mesas-redondas falando sobre o processo desenvolvido nos projetos. Embora o público seja constituído de um grupo de crianças de uma escola municipal realizado no projeto a cada ano, a intenção também é de atingir indiretamente um grupo maior de crianças com a socialização do filme produzido. Para alcançar tal dimensão, os filmes, bem como todo o processo realizado no projeto, são disponibilizados nas mídias sociais do projeto e inscritos em festivais nacionais de cinema.

Outros desafios e formas de resistências que adotamos no decorrer desses anos referem-se às temáticas prioritárias nos projetos. Nos anos anteriores, já trabalhamos com as questões de gênero, sexualidades, violências e direitos humanos. No ano de 2017 e 2018, trabalhamos, especificamente, as questões relativas às violências contra crianças e aos direitos humanos. As vulnerabilidades em que vivem muitas crianças são questionadas com as próprias crianças que têm muito a nos dizer sobre esses e outros assuntos. Nos momentos de discussão com as crianças, elas mostram-se ávidas para a discussão sobre as temáticas priorizadas. Elas começam a desnaturalizar algo que historicamente foi construído acerca das questões de gênero, sexualidades, violência e direitos humanos. Aos poucos começam a pensar mais detidamente sobre essas temáticas e as observa em seu entorno e na construção de suas subjetividades. Lembro-me de um menino que tentava entender o porquê de meninos não poderem usar brinco. Esse era um dilema dele do qual eu nunca tinha pensado a respeito. Outras crianças discutem sobre as inúmeras situações de violência vividas em seus cotidianos. Questionamos sobre as violações de direitos das crianças, sendo que muitas delas sequer se percebem como sujeitos de direitos. Enfim, muitas discussões são propiciadas e discutidas num trabalho ético e estético, com aprofundamentos científicos a partir dos direitos humanos.

5. Os estudos de gênero têm buscado entrelaçar as categorias de classe, sexualidade, geração, raça, etnia, entre outras. Na tua prática pedagógica e de pesquisa como tens suscitado a discussão sobre a interseccionalidade?

R.: Tenho discutido a interseccionalidade nos últimos anos nas pesquisas e extensões universitárias. As relações entre gênero e sexualidades já vinham acontecendo em nossos estudos e, posteriormente, foram incluídas questões sobre raça-etnia, geração, capacitismo, dentre outras. Reconhecer essas interseções, que os marcadores da diferença produzem, nos ajudam a entender processos de produção de subjetividades e de violências, como o racismo, a lesbo-homo-transfobia, a gordofobia, o sexismo, o machismo, a misoginia... As pesquisas, analisando artefatos culturais que desenvolvemos, têm nos propiciado a pensar sobre as várias camadas que nos constituem e de como elas produzem a diferença e a exclusão. No ensino, esse conceito tem se mostrado fértil nas aulas que atuo como professora na formação docente. O fracasso escolar e a violência na/da escola são pensados a partir das interseccionalidades nas aulas de Didática; Educação, cidadania e direitos humanos e Educação, sexualidade e gênero. Pensar a produção da diferença numa perspectiva interseccional é refletir e compreender a escola e as relações pedagógicas não somente a partir de um ou outro conceito isoladamente, mas também procurar pensar como gênero, raça/etnia, sexualidades, geração, classes, etc. se articulam produzindo fracasso, sucesso, igualdade, desigualdade, exclusão, formas de aprender e desaprender...

6. Na universidade em que atuas tens ministrado, para cursos de graduação e pós-graduação, disciplinas que têm como foco de discussão as questões de gênero e sexualidade. Que desafios e possibilidades percebes nesse processo?

R.: Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Campo Grande/MS, por volta de duas décadas, temos uma disciplina no curso de Pedagogia denominada “Educação, Sexualidade e Gênero”. Na pós-graduação, temos também outra disciplina análoga. A disciplina no curso de formação inicial de docentes já foi ministrada como optativa e no momento é uma disciplina obrigatória no quadro curricular do curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal.

Essa disciplina é um enorme desafio para minha atuação profissional. Coloque-me num mar de complexidades e discussões todo o semestre que a ofertamos. Venho me perguntando há anos como pensar a educação para as sexualidades, para as

diversidades/diferenças e os gêneros na formação docente. Pergunto-me como percorrer os possíveis labirintos para questionar e propiciar momentos de discussão e desestabilização de algumas verdades que envolvem sexualidades, gêneros e diferenças. Isso me põe a questionar. Eu, particularmente, venho refletindo há muitos anos em como lidar ético-teórico-metodologicamente com a formação docente. Esses momentos de formação são momentos importantes para questionar, colocar em xeque, rever verdades culturalmente aceitas, muitas vezes, sem se discutir. Em alguns dos textos que escrevi sobre o tema, tenho partido da poesia do saudoso poeta Manoel de Barros, como as *peraltagens* possíveis nos processos de tecer e destecer pensamentos, discursos, representações tão arraigadas e culturalmente naturalizadas.

Coloco-me a pensar sobre que possibilidades didáticas podem promover a curiosidade, a busca pelo novo, ou o desejo de colocar os/as acadêmicos/as em xeque, de aprender a tecer novos conhecimentos e a destecer antigos discursos recrudescidos por discursos religiosos e moralistas. Como promover o pressuposto foucaultiano da *problematização* e, com isso, propiciar um *passo atrás* e questionar o que fizeram de nós mesmos/as e, com isso, pensar em construir novas possibilidades de vida profissional e pessoal? Como questionar as razões pelas quais fomos levados a pensar da maneira como pensamos, e não de outra? Como desestabilizar discursos preconceituosos, lesbofóbicos, homofóbicos, sexistas, transfóbicos, misóginos e violentos?

Como sempre me coloco num mar de questionamentos. Os desafios impostos nos encontros da disciplina visam a promover a discussão, a reflexão e provocam o pensamento de múltiplas possibilidades. Tudo isso, articulado aos referenciais teóricos pautados nos direitos humanos. Não se tem a pretensão de trazer respostas prontas, de trazer uma “verdade única” sobre os assuntos em pauta, mas provocar muita discussão e, perceber nesse processo que os discursos são construídos, portanto, provisórios.

Nos últimos anos os desafios têm se acirrado devido à questão religiosa e às falácias referentes ao que denominam de “ideologia de gênero”. Há acadêmicos/as que chegam na disciplina com discursos prontos e refratários à necessidade e premência da disciplina. Aos poucos vamos tentando desconstruir essa forma de entendimento para poder perceber um leque de possibilidades e reflexões que os temas e conceitos das sexualidades, gêneros e diferenças podem contribuir, sobremaneira na atuação profissional desses/as acadêmicos/as. A sexualidade está na escola e nos centros de Educação Infantil e a disciplina proporciona um questionamento de como

lidar/problematizar com as expressões de sexualidade na infância de forma dialógica, ética e responsável.

7. A partir das tuas vivências com relação às discussões de gênero e sexualidade na escola e também nos diferentes espaços educativos, como podemos traçar estratégias para um trabalho pedagógico que envolva as temáticas de gênero e sexualidade na formação inicial e continuada de professores/as?

R.: Como já falei aqui, cada vez mais as temáticas de gênero e sexualidades na formação docente tem se tornado um enorme desafio na minha prática docente. Encontro acadêmicas que dizem do temor em cursar a disciplina de Educação, Sexualidade e Gênero, sobretudo por causa de questões religiosas. Apesar de viver essas dificuldades nos tempos atuais, elenco abaixo algumas questões que venho trabalhando na formação docente visando a problematizar tudo o que tem sido dito sobre as temáticas privilegiadas (não há uma hierarquia entre esses elementos, pois muitos deles ocorrem simultaneamente):

- A sexualidade e gênero estão na escola e instituições educativas, por mais que muitas pessoas as queiram fora dos muros escolares e educativos. Apesar de a escola instituir e privilegiar o corpo somente da cabeça para cima, separando-o das demais partes que o constituem, o corpo desejante está lá. Os corpos desejantes de saber sobre suas vidas, de como nasceram, de como foram para a barriga, se algumas pessoas têm “pipi” e outras têm “perereca”; da curiosidade pelas partes do corpo (incluindo a genitália); depois sobre as mudanças corporais, os medos do crescimento, as dúvidas sobre a primeira menstruação, sobre tamanho de pênis, sobre o primeiro beijo, namoros e “ficadas”; sobre intimidade, segredos, rejeições, paixões. São inúmeros os exemplos de questionamentos dos corpos que estão na escola e nos centros de Educação Infantil. Por esses motivos, cabe aos/as docentes pensarem sobre isso, propiciarem uma escuta atenta e acolhedora para crianças e adolescentes que têm os corpos desejantes de saber sobre suas vidas. Isso também é um tipo de saber e ousar em dizer que em determinados momentos da vida esses saberes ganham mais importância do que regras gramaticais ou outro conteúdo curricular (não que eles não sejam importantes, mas satisfazer e acolher as

curiosidades e demandas das crianças e adolescentes favorecem a aprendizagem no sentido mais amplo);

- A criança tem o direito de emitir opinião e de exercer a curiosidade sobre qualquer assunto. Portanto, se a criança quer saber sobre algo, isso passa a ser prioritário na instituição educativa. O ensino significativo tem que partir do desejo e das curiosidades das crianças. Com essa afirmação não estou dizendo que os conteúdos curriculares deverão ser somente aqueles exclusivamente de interesse ou solicitados pelas crianças, mas eles devem partir do desejo e vontade de saber das crianças. Nessa direção, a escola deveria proporcionar momentos e projetos que discutissem temáticas como corpo (conhecimento do corpo, intimidade, partes que podem ser tocadas por outras pessoas, etc); violência contra crianças, direitos humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre tantos outros assuntos que envolva a vida, curiosidade e desejo de saber das crianças e adolescentes. O diálogo deve prevalecer e não a opinião da/o docente. Por isso, esses momentos constituem espaços de problematização, de produção de pensamento, de verdades relativas, de pensar sobre as complexidades do mundo e dos sujeitos, que pensam de muitas e variadas formas. Penso que esse é o papel fundamental da educação, ou seja, aprender a pensar da forma crítica, criativa, ética e democrática sobre qualquer assunto.
- A escola faz parte da rede de proteção a crianças e adolescentes conforme o Estatuto da Criança e do/a Adolescente – ECA, e, por esse motivo, tem o dever de ‘cuidar e proteger’ os/as discentes. Como pode fazer isso? Através da prevenção e da denúncia/notificação em situações de violação de direitos de crianças e adolescentes. A lei n. 11.525 de 25 de setembro de 2007 diz que o currículo do Ensino Fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que *trate dos direitos das crianças e dos adolescentes*, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, discutir e ensinar sobre direitos humanos, violação de direitos, direitos e deveres, violências contra crianças, como a violência sexual, dentre milhares de outros, podem e devem ser assuntos e temas curriculares que promovam atitudes proativas das crianças para se cuidarem e se protegerem, além de perceberem-se como sujeitos de direitos. Outro aspecto que mencionei é que a escola deve

legalmente notificar situações de suspeita ou confirmação de casos de violência contra crianças e adolescentes, previstos no ECA em seus artigos 13, 56 e 245.

- A escola pública é laica e, por esse motivo, não deve ter uma vertente religiosa que predomine e dite as normas nas práticas pedagógicas e propostas curriculares. Por esse motivo, o que devem imperar nas instituições educativas são princípios democráticos para a acolhida e a problematização das diferenças e de violação de direitos de crianças e adolescentes. Escola não é igreja. A escola é o espaço de estudos, discussões, aprendizados de conteúdos científicos, de resolução de conflitos, de viver e conviver com a diferença. A escola é o espaço da construção do pensamento, de pensamentos múltiplos, de inventar muitas formas de pensar, de inventar hipóteses, de refutá-las, de conhecer novas realidades, de aprender a dialogar, de aprender a viver no coletivo, de aprender a viver relações democráticas, dialógicas e de convivência respeitosa com outras pessoas. Local de aprender e pensar sobre si, sobre o/a outro/a e sobre o mundo. Por isso as temáticas de sexualidades, gêneros e diferenças são imprescindíveis para a construção dessa sociedade mais possível de viver.

Essas são algumas das questões que venho problematizando na formação docente tanto a inicial quanto a continuada, acrescidas de outras questões como: pedagogias da sexualidade e de gênero; constituições de identidades; a construção social e cultural dos marcadores sociais; as diversidades sexuais; as identidades de gênero; as violências produzidas na escola lesbo-homo-transfobia, sexismo, misoginia; a importância da promoção da educação para a sexualidade para crianças e adolescentes e o papel da escola e dos/as docentes na atuação ética, respeitosa e acolhedora das curiosidades e vivências das crianças e adolescentes. Por todos esses motivos há a necessidade premente de muito estudo, aprofundamento teórico-científico e o compromisso ético e estético de construir uma escola vivível para todas as pessoas.

8. Tens alguma sugestão de sites, livros ou filmes que possam contribuir para discussão de gênero e sexualidade nos espaços educativos?

R.: Indico as redes sociais dos nossos projetos para a socialização das nossas produções: livros, livros para crianças e filmes de animação.



BRINCAR DE FAZER CINEMA COM CRIANÇAS

REDES SOCIAIS

-  WWW.FACEBOOK.COM/BRINCARDEFAZERCINEMA
-  WWW.YOUTUBE.COM/BRINCARDEFAZERCINEMA
E WWW.YOUTUBE.COM/PRINCESAPANTANEIRA
-  [HTTP://BRINCARDEFAZERCINEMA.WIXSITE.COM/BRINCARDEFAZERCINEMA](http://BRINCARDEFAZERCINEMA.WIXSITE.COM/BRINCARDEFAZERCINEMA)
-  WWW.INSTAGRAM.COM/BRINCARDEFAZERCINEMA
OU @BRINCARDEFAZERCINEMA
-  TINAXAV@GMAIL.COM

 FUNDACÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
 PROECE/UFMS
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO/FAED




Constantina Xavier Filha é graduada em Pedagogia pela Faculdade Unidas Católicas de Mato Grosso (1990), com mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1998), doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo - FEUSP (2005) e realização de Pós-Doutorado pela Unicamp (2014/2015). Atualmente é professora Associada da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, campus de Campo Grande, atuando na Faculdade de Educação - FAED/Curso de Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Educação (CPAN/UFMS). Atua na formação inicial e continuada de educadoras e educadores e em pesquisas nas seguintes áreas: educação sexual, educação para a sexualidade, estudos de gênero, sexualidades, gênero e educação, violências de gênero, violências contra crianças e adolescentes e relações pedagógicas. Líder/coordenadora do GEPSEX - Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades, Educação e Gênero - CNPq/UFMS. Autora e organizadora de livros, artigos e materiais educativos para a educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual, entre eles, livros para a infância: *As aventuras da Princesa Pantaneira* (2012); *Meninas e meninos têm direitos* (2014); *Viver sem violência é um direito* (2014); *Do meu corpo eu cuido e protejo* (2014); *Princesa Pantaneira em: brincando no mundo mágico do cinema* (2014). Diretora e Produtora de filmes de animação produzidos com crianças de escolas públicas de Campo Grande/MS: Jéssica e

Júnior no mundo das cores (2010); Ser criança em Campo Grande: um documentário animado (2011); A Princesa Pantaneira (2012); Queityléia em perigos reais (2012); João e Maria: dos contos à realidade (2013); Direitos das crianças: uma aventura intergaláctica (2013); Cantando os direitos das crianças (2016); Eu protejo meu corpo (2017) e Mariquinha no mundo da imaginação (2018) e Brincar de fazer cinema (2018).

Revista
Diver  **sidade**
e Educação